

| DESTAQUES

93% das Câmaras Municipais, 84% dos Organismos da R.A. Madeira, 82% dos Organismos da Administração Central e 59% dos Organismos da R.A. Açores dispunham de uma **velocidade de ligação à Internet igual ou superior a 100 Mb/s**.



52% das Câmaras Municipais dispunham de **estações de trabalho virtuais e/ou a partir de casa** (ex.: DaaS).

Mais de metade dos Organismos da Administração Pública disponibilizaram **formulários para preenchimento e submissão online**, destacando-se os Organismos da Administração Central e Organismos da R.A. Açores (74% e 70%, respetivamente).



Verificou-se também que 36% das Câmaras Municipais disponibilizou **plataformas de votação online** aos cidadãos.

No que respeita ao comércio eletrónico, a totalidade dos Organismos da R.A. Açores e 78% das Câmaras Municipais optaram pela utilização de **plataformas de contratação pública certificadas pelo IMPIC/GNS**.



Já os Organismos da Administração Central tiveram preferência pela utilização de **plataformas do sistema nacional de compras públicas / entidade de serviços partilhados** da Administração Pública (67%). Mais de metade dos Organismos da R.A. Madeira utilizaram estas plataformas (56%).

32% das Câmaras Municipais e 25% dos Organismos da Administração Central indicaram ter efetuado análise de **Big Data**.



Dos que analisaram, a fonte de dados mais privilegiada, foi a de **dados gerados a partir de meios de comunicação digital (social media)**: 62% das Câmaras Municipais, 56% dos Organismos da Administração Central, 50% dos Organismos da R.A. Madeira e 33% dos Organismos da R.A. Açores.

A aquisição de serviços de **Computação em Nuvem** foi maioritariamente efetuada pelas Câmaras Municipais (52%) e pelos Organismos da Administração Central (45%).



O tipo de serviço de computação em nuvem mais contratado foi o **SaaS (Software as a Service)**, apresentando valores acima dos 70% em todos os Organismos da Administração Pública.



Para mais informação:

<https://www.dgeec.mec.pt/np4/12.html>

Imagens disponíveis em: [pixabay](#) e [flaticon](#)



A **Chave Móvel Digital (CMD)** foi disponibilizada por 79% dos Organismos da R.A. Açores, 72% das Câmaras Municipais, 55% dos Organismos da Administração Central e 62% dos Organismos da R.A. Madeira, entre as entidades que disponibilizaram serviços de identificação eletrónica.

As **Câmaras Municipais** foram as que mais disponibilizaram **aplicações móveis** ao utente (57%), destacando-se largamente dos restantes Organismos.



63% dos Organismos da Administração Central, 60% das Câmaras Municipais, 59% dos Organismos da R.A. Açores e 38% dos Organismos da R.A. Madeira indicaram ter definida uma **estratégia para a segurança de informação**.

Mais de 70% dos Organismos da Administração Pública conservaram registos para análise depois da ocorrência de incidentes de segurança.



26% das Câmaras Municipais, 21% dos Organismos da Administração Central, 13% dos Organismos da R.A. Açores e 5% dos Organismos da R.A. Madeira indicaram ter utilizado tecnologias de **Inteligência Artificial (IA)** em 2022.

Os **sistemas comerciais ou software prontos a utilizar** foram as tecnologias de IA mais adquiridas.



As Câmaras Municipais foram as que mais utilizaram a **Internet das Coisas (IoT)** (45%), destacando-se largamente das restantes. Seguiram-se os Organismos da Administração Central (25%) e os da R.A. da Madeira e dos Açores (10% e 7%, respetivamente).

A grande maioria dos Organismos da Administração Pública utilizaram a IoT para **efeitos de segurança das instalações** (Câmaras Municipais, Administração Central e R.A. Açores, mais de 70%, R.A. Madeira, 67%).



Mais de 80% dos Organismos da Administração Central e das Câmaras Municipais aplicaram medidas para reduzir a quantidade de papel usado para impressão e cópia.

O **impacto ambiental na escolha dos serviços e do equipamento TIC** é ainda pouco considerado pelas Câmaras Municipais e Administração Regional, que apresentam valores inferiores a 45%.



Os **homens** são a maioria do **pessoal afeto exclusivamente às TIC** em todos os Organismos da Administração Pública. O menor diferencial entre homens e mulheres verifica-se nas Câmaras Municipais e nos Organismos da Administração Central.

O reforço de competências **em Cibersegurança** foi indicado como uma das **necessidades mais elevadas** pelas Câmaras Municipais e pelos Organismos da Administração Central (86% e 70%, respetivamente). A par desta necessidade, com 50% ou mais, surge o reforço da **privacidade dos dados** na Administração Regional.



Para mais informação:

<https://www.dgeec.mec.pt/np4/12.html>

Imagens disponíveis em: [pixabay](#) e [flaticon](#)

